



8 – ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

8.1 – Caracterização da Entidade

8.1.1 – IDENTIFICAÇÃO

DESIGNAÇÃO – Município de Vinhais

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL – 501156003

ENDEREÇO – Paços do Concelho
Rua das Freiras, n.º 13
5320-326 Vinhais

REGIME FINANCEIRO – Lei das Finanças Locais, Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro

8.1.3 – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL EFETIVA

A organização interna dos Serviços Municipais foi adoptada pelo modelo da estrutura mista, tendo sido a organização, a estrutura e o funcionamento dos serviços municipais orientada, nos termos do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro. De acordo com o disposto no art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, a Assembleia Municipal de Vinhais, em sessão ordinária, de 13 de dezembro de 2013, aprovou, o modelo de estrutura orgânica do Município de Vinhais, definindo o número máximo de unidades orgânicas flexíveis e subunidades orgânicas, sob proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião ordinária, datada de 4 de dezembro de 2013. De harmonia com o disposto no art.º 7.º, do Decreto-Lei 305/2009, de 23 de outubro, a Câmara Municipal de Vinhais, em reunião de 4 de dezembro de 2013, aprovou, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, o Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, criou as unidades orgânicas flexíveis e definiu as respectivas atribuições e competências, dentro dos limites fixados pela Assembleia Municipal. Por despacho do Presidente da Câmara Municipal, nos termos do n.º 5, do art.º 10.º, do diploma

 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2017 



anteriormente mencionado foram criadas as subunidades orgânicas, dentro dos limites fixados pela Assembleia Municipal de Vinhais.

8.1.4 – ATIVIDADE

Descrição sumária das Atividades:

As principais áreas de atuação da Câmara Municipal de Vinhais enquadram-se nas atribuições e competências definidas legalmente na Lei N.º 75/2013, de 12 de setembro, nomeadamente, nos seguintes domínios operacionais:

- a) Equipamento rural e urbano;
- b) Energia;
- c) Transportes e comunicações;
- d) Educação, ensino e formação profissional;
- e) Património, cultura e ciência;
- f) Tempos livres e desporto;
- g) Saúde;
- h) Ação social;
- i) Habitação;
- j) Proteção civil;
- k) Ambiente e saneamento básico;
- l) Defesa do consumidor;
- m) Promoção do desenvolvimento;
- n) Ordenamento do território e urbanismo.

8.1.5 – RECURSOS HUMANOS

O órgão executivo, durante o ano de 2017, teve a seguinte composição:

Até 23 de outubro:

Cargo	Composição	Pelouro
PRESIDENTE DO ORGÃO EXECUTIVO	Américo Jaime Afonso Pereira	Financeira; Pessoal; Obras Públicas; Ação Social; Juntas de Freguesia; Desenvolvimento Rural; Relações Públicas e Comunicação Social.
VICE-PRESIDENTE	Luís dos Santos Fernandes	Obras Particulares; Urbanismo; Ambiente; Transportes; Saúde; Proteção Civil.
VEREADOR	Roberto Carlos de Moraes Afonso	Cultura; Educação e Ensino; Turismo; Desporto; Tempos Livres e Pessoal.
VEREADOR	Salvador dos Santos Marques	Obras por administração direta; Armazéns; Oficinas; Equipamentos.
VEREADOR	Maria Antónia Carvalho de Almeida	Sem Pelouro
VEREADOR	Amândio José Rodrigues	Sem Pelouro
VEREADOR	Duarte Manuel Diz Lopes	Sem Pelouro

De 24 de outubro até 31 de dezembro:

Cargo	Composição	Pelouro
PRESIDENTE DO ORGÃO EXECUTIVO	Luís dos Santos Fernandes	Financeira; Pessoal; Obras Públicas; Juntas de Freguesia; Proteção Civil; Obras por administração direta; Armazém; Oficinas; Equipamentos; Relações Públicas e Comunicação Social.
VICE-PRESIDENTE	Martinho Magno Martins	Licenciamento de Obras Particulares; Urbanismo; Ambiente; Desenvolvimento Rural; Pessoal (diretamente ligado com os pelouros).
VEREADOR	Pedro Miguel Martins Miranda	Ação Social; Saúde; Transportes; Desporto e Tempos Livres e Pessoal (diretamente ligado com os pelouros).
VEREADOR	Márcia do Rosário Miranda Canado	Sem Pelouro (De 24-10-2017 até 14-12-2017)
VEREADOR	Artur Jorge Pereira dos Santos Marques	(De 14-12-2017 até 31-12-2017) Cultura; Educação e Ensino, Turismo e Pessoal (diretamente ligado com os pelouros).
VEREADOR	Carlos Abel Almendra Frias Vieira	Sem Pelouro
VEREADOR	António Manuel Oliveira Fernandes	Sem Pelouro
VEREADOR	Maria Zita Nunes Miranda de Oliveira	Sem Pelouro (De 24-10-2017 até 27-04-2017)
VEREADOR	Margarida Garcia dos Santos Patrício	Sem Pelouro (De 14-12-2017 até 31-12-2017)



8.1.6 – ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA

Todas as operações e registos contabilísticos são efectuados num único sistema de contabilidade que integra a Contabilidade Orçamental, a Contabilidade Patrimonial e a Contabilidade de Custos ou Analítica, estando esta última, ainda, em fase de implementação, em estrita obediência às determinações do POCAL. Os serviços de contabilidade são únicos e organizados de forma centralizada, na Unidade Geral de Administração e Finanças.

As atividades do Núcleo são asseguradas por:

- Contabilidade;
- Aprovisionamento;
- Património;
- Tesouraria.

O sistema informático que a autarquia utiliza, usualmente designado por SIGMA, é um sistema de informação centralizada assente numa base de dados relacional, desenvolvida pela empresa MEDIDATA NET – Sistemas de Informação para Autarquias, S.A., sendo que as aplicações estão integradas entre si, contribuindo de forma assinalável para garantir a fiabilidade da informação financeira produzida.

8.1.7 – OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

- FUNDOS MUNICIPAIS CONCEDIDOS AO MUNICÍPIO DE VINHAIS EM 2017

	Corrente	Capital
Fundo de Equilíbrio Financeiro	8.038.443,00	893.160,00
Fundo Social Municipal	172.642,00	
Participação Fixa no IRS	70.133,00	

(Unidade: Euro)

- ENCARGOS FINANCEIROS

O Município de Vinhais, não teve qualquer encargo financeiro resultante de empréstimos contraídos pela empresa municipal e ou associações de municípios em que este participa.

8.2 – Notas ao Balanço e Demonstração de Resultados do Exercício de 2017

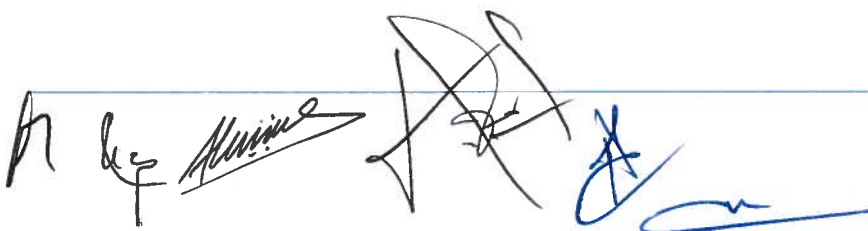
Nota Introdutória

No âmbito dos anexos às demonstrações financeiras e em conformidade com o ponto 8.2 do Dec. Lei 54-A/99 de 22 de fevereiro, o Município de Vinhais apresenta assim as seguintes notas ao balanço e à demonstração de resultados, com o objetivo de clarificar e evidenciar os factos cuja informação seja relevante na percepção dos mesmos.

As demonstrações financeiras, foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos fundamentais previstos no Plano Oficial de Contabilidade (POCAL), que entrou em vigor em 1 de janeiro de 2002, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro, pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de Abril e Lei n.º 60-A/2005, de 30 de dezembro. As notas apresentadas, correspondem à numeração definida no POCAL. Nas que a numeração se omite, não são aplicáveis ao Município ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

8.2.3 – Critérios valorimétricos utilizados

As demonstrações financeiras do Município de Vinhais foram preparadas na base da continuidade das operações da entidade, em conformidade com os princípios contabilísticos da entidade contabilística, da consistência, da especialização, do custo histórico, da prudência, da materialidade e da não compensação.





- **Imobilizado**

Os bens do ativo imobilizado encontram-se, por regra, valorizados ao custo de aquisição, consideram-se como custo de aquisição de um ativo a soma do respetivo preço de compra com os gastos suportados direta ou indiretamente para o colocar no seu estado atual. No caso dos ativos do imobilizado cujo valor de aquisição ou de produção se desconhece, o Município considera o seu valor resultante da avaliação segundo critérios técnicos adequados à natureza dos bens. No caso de impossibilidade de valorização, os bens assumem valor zero até serem objeto de uma grande reparação, assumindo então o valor desta. Os bens de domínio público que se encontram sob a responsabilidade deste município, sempre que possível, são valorizados ao custo de aquisição ou de produção. Nos casos em que se desconhece o custo de aquisição ou de produção, aplicam-se os critérios definidos nos parágrafos anteriores. O método adotado para o cálculo das amortizações é o método das quotas constantes.

O valor unitário e as condições em que os elementos do ativo imobilizado sujeitos a depreciação possam ser amortizados num só exercício são definidos na lei, de acordo com o CIBE (Portaria 671/2000, de 17 de abril),

- **Existências**

As existências, compostas por mercadorias, matérias-primas, matérias subsidiárias e materiais de consumo, encontram-se valorizadas ao custo de aquisição incluindo as despesas incorridas até ao armazenamento. São movimentadas através do sistema de inventário permanente, sendo o método de custeio das saídas de armazém o Custo Médio Ponderado.

- **Dívidas de e a Terceiros.**

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam, não existindo dívidas em moeda estrangeira.



• Disponibilidades

Os depósitos em instituições de crédito e as disponibilidades em caixa são expressas pelos saldos de todas as contas de depósitos e os montantes dos meios de pagamento, respetivamente, não existindo disponibilidades em moeda estrangeira.

8.2.7 – Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço e nas respectivas amortizações, de acordo com os seguintes quadros:

Ativo Bruto						
(Unidade: Euro)						
Rubricas	Saldo Inicial	Reav.	Aumentos	Alien.	Transferências e abates	Saldo Final
Bens do domínio público:						
Terrenos e recursos naturais	928 149,36					928 149,36
Edifícios						
Outras construções e infra-estruturas	42 137 784,99		225 967,68			42 363 752,67
Bens do património histórico, artístico e cultural	68 887,96					68 887,96
Outros bens do Domínio Público	1 454 845,69		3 373 437,62		225 967,68	4 602 315,63
Imobilizações em curso						
Adiantamento por conta de bens de domínio público						
	44 589 668,00		3 599 405,30		225 967,68	47 963 105,62
Imobilizações Incorpóreas:						
Despesas de instalação						
Despesas investiga. desenvolvimento	2 007,10					2 007,10
Propriedade industrial outros direitos						
Imobilizações em curso						
Adiantamento por conta imob. Incorpor.						
	2 007,10					2 007,10
Imobilizações Corpóreas:						
Terrenos e recursos naturais	114 106,13					114 106,13
Edifícios e outras construções	10 832 212,26		1 148 796,91			11 981 009,17
Equipamento básico	2 023 779,01		45 088,03			2 068 867,04
Equipamento de transporte	1 337 035,80		81 126,61			1 418 162,41
Ferramentas e utensílios	563 128,55		25 360,71			588 489,26
Equipamento administrativo	1 173 919,70		18 102,96			1 192 022,66
Taras e vasilhames						
Outras imobilizações corpóreas	834 813,39		1 845,00			836 658,39
Imobilizações em curso	3 345 433,94		367 135,04		1 148 796,91	2 563 772,07
Adiantamento por conta imobilizações corpóreas						
	20 224 428,78		1 687 455,26		1 148 796,91	20 763 087,13
Investimentos Financeiros:						
Partes de capital	370 937,96		21 932,10			392 870,06
Obrigações e títulos de participação	675 457,43					675 457,43
Investimentos em imóveis:						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Outras aplicações financeiras:						
Depósitos em instituições financeiras						
Títulos da dívida pública						
Outros títulos						
Imobilizações em curso						
Adiantamento por conta de investimentos financeiros						
	1 046 395,39		21 932,10			1 068 327,49

[Handwritten signatures]

[Handwritten signature] 84



Amortizações e Provisões				(Unidade: Euro)
Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
Bens do domínio público:				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios				
Outras construções e infra-estruturas	20 945 854,30	1 535 932,00		22 481 786,30
Bens do património histórico, artístico e cultural	59 440,40	3 426,50		62 866,90
Outros bens do Domínio Publico				
Imobilizações em curso				
Adiantamentos por conta de bens de domínio publico				
	21 005 294,70	1 539 358,50		22 544 653,20
Imobilizações Incorpóreas:				
Despesas de instalação				
Despesas de desenvolvimento				
Despesas de investigação				
Propriedade industrial outros direitos				
Imobilizações em curso				
Adiantamento por conta imob. Incorpor.				
Imobilizações Corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções	2 884 223,15	206 779,35		3 091 002,50
Equipamento básico	1 784 809,81	65 217,69		1 850 027,50
Equipamento de transporte	1 191 110,86	51 114,56		1 242 225,42
Ferramentas e utensílios	478 215,01	24 728,86		502 943,87
Equipamento administrativo	1 092 900,08	31 972,68		1 124 872,76
Taras e vasilhames				
Outras imobilizações corpóreas	346 414,65	52 302,59		398 717,24
Imobilizações em curso				
Adiantamento por conta imobilizações corpóreas				
	7 777 673,56	432 115,73		8 209 789,29
Investimentos Financeiros:				
Partes de capital				
Obrigações e títulos de participação				
Investimentos em imóveis:				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções				
Outras aplicações financeiras:				
Depósitos em instituições financeiras				
Títulos da dívida publica				
Outros títulos				
Imobilizações em curso				
Adiantamento por conta de investimentos financeiros				

8.2.15 – Bens de domínio público que não são objecto de Amortização e Indicação das respectivas razões.

De acordo com as disposições legais constantes no CIBE não são susceptíveis de amortização os terrenos, bem como alguns dos bens afectos ao domínio público. Contudo, os bens que não foram ainda objecto de valorização, não estão considerados no imobilizado do activo bruto da Autarquia, os quais ainda não foram sujeitos a qualquer processo de inventariação adequada.

8.2.16 – Entidades Participadas

O município de Vinhais tem participação nas seguintes Entidades:

(Unidade: Euro)

Identificação da Entidade	Sede	% de Participação	Capital
Águas do Norte - Grupo de Aguas de Portugal S.A.	Vila Real	0,53 %	28 000 000,00
Proruris, EEM	Vinhais	100 %	50 000,00
Carnes de Vinhais, Lda.	Vinhais	65,51 %	121 135,00
Resíduos do Nordeste EIM, S.A. (*)	Mirandela	5,932 %	50 000,00

(*) Em virtude de terem sido alterados os estatutos da Empresa Intermunicipal Resíduos do Nordeste EIM, S.A., o Município de Vinhais, começou a ter participação direta no Capital Social da referida empresa, (anteriormente esta participação era detida pela AMTFT), por desconhecimento, não foi efetuado o respetivo tratamento contabilístico.



8.2.22 – O valor global das dívidas de cobrança duvidosa em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes no balanço.

O valor global das dívidas de cobrança duvidosa em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes no balanço é de 79 449,93 euros, que dizem respeito a receitas provenientes de cobrança de água (conta 21.8)

		(Unidade: Euro)
21.8	Clientes, contribuintes, utentes de cobrança duvidosa	79.449,93
21.8.1	Cobranças em atraso	3.350,15
21.8.2	Cobranças em litigio	76.099,78

Para o valor das dívidas em mora há mais de 12 meses, excluindo dívidas do Sector Público, foi constituída provisão no montante correspondente a 100% da dívida, e para o valor das dívidas em mora há mais de 6 meses foi constituída provisão no correspondente a 50% do valor da Dívida.

O mapa a seguir inserto reflete os movimentos ocorridos no exercício de 2017, relativos a Provisões.

Designação	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
Provisões para cobranças duvidosas	58.784,10	11.915,47	791,17	69.908,40



8.2.26 – Descrição desagregada das responsabilidades, por garantias e cauções prestadas e recibos para cobrança

As responsabilidades por garantias e cauções prestadas e os recibos para cobrança encontram-se expressos no mapa que se segue:

(Unidade: Euro)

Código e designação das contas	Saldo da Gerência Anterior		Movimento anual		Saldo para a gerência seguinte	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Garantias e Cauções		1 107 582,80	53 989,13	197 593,08		1 251 186,75
Recibos para Cobrança	70 006,88		34 776,39	25 333,34	79 449,93	
Total	70 006,88	1 107 582,80	88 765,52	222 091,10	79 449,93	1 251 186,75

Em relação ao quadro acima verifica-se que os fundos em poder do Município relativos a garantias e cauções são de um milhão duzentos e cinquenta e um mil, cento e oitenta e seis euros e setenta e cinco cêntimos.

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2017 86



8.2.27 – Desdobramento das Contas de Provisões acumuladas com explicitação dos movimentos ocorridos no exercício.

O quadro seguinte explica os movimentos ocorridos no exercício nas Contas de Provisões:

Códigos das contas		Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
19	Provisões p/ Aplicações de Tesouraria				
291	Provisões para cobranças duvidosas	58.784,10	11.915,47	791,17	69.908,40
292	Provisões para riscos e encargos				
39	Provisões p/ depreciação de existências				
49	Provisões para investimentos financeiros				

8.2.28 – Explicação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma da classe 5 - «Fundo patrimonial», constante do balanço.

No ano de 2017 ocorreram os seguintes movimentos nas contas da classe 5 - «Fundo patrimonial»:

(Unidade: Euro)

Rubricas	Saldo Inicial	Reduções	Aumentos	Saldo Final
51 - Património	23 661 493,86			23 661 493,86
57 - Reservas	2.743.421,29			2.743.421,29
59 - Resultados Transitados	- 5 529 883,76	- 187.164,93	548.874,47	- 5.168.174,22

- **CONTA 51 – Património** – não foi efectuado qualquer movimento
- **CONTA 57 – Reservas** – não registou qualquer movimento



- **CONTA 59 – Resultados Transitados:**

(Unidade: Euro)

Justificação	Valor
Receitas referentes ao ano de 2016	25 355,17
Regularizações	311 502,27
Transferência do resultado líquido (POSITIVO) do exercício de 2016	212 017,03
TOTAL DOS AUMENTOS (Movimentos a crédito)	548 874,47
Faturas referentes ao ano de 2016	44 408,30
Outros custos referentes ao ano de 2016	142 156,63
Regularizações	600,00
TOTAL DAS DIMINUIÇÕES (Movimentos a débito)	187 164,93

[Handwritten signatures]

**8.2.29 – Demonstração do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas:**

(Unidade: Euro)

Movimentos	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Existências Inicial	75 601,86
Compras	245.909,48
Existências Finais	71 519,42
Custo do exercício	229.922,44

O critério valorimétrico utilizado na determinação do custo de saída das existências foi o custo médio ponderado.

O valor das existências iniciais e finais foi determinado através de contagem física às mesmas.

Não foram constituídas provisões para depreciação de existências de acordo com o princípio da prudência.



8.2.31 – Demonstração dos Resultados Financeiros

(Unidade: Euro)

Códigos das contas	Custos e perdas	Exercício		Códigos das contas	Proveitos e Ganhos	Exercício	
		2017	2016			2017	2016
681	Juros suportados	16 398,37	14 137,31	781	Juros obtidos	2 313,80	4 951,12
682	Perdas em entidades participadas			782	Ganhos em entidades participadas		
683	Amortizações de Investimentos em imóveis			783	Rendimentos de imóveis	628 248,07	623 997,12
684	Provisões para aplicações financeiras			784	Rendimentos de participações de capital	546,53	
685	Diferenças de câmbios desfavoráveis			785	Diferença de câmbio favoráveis		
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria			787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria		
688	Outros custos e perdas financeiras	6 131,87	4 443,81	788	Outros proveitos e ganhos financeiros		
	Resultados Financeiros	608 578,16	610 367,12				
		631 108,40	628 948,24			631 108,40	628 948,24

8.2.32 – Demonstração dos Resultados Extraordinários

(Unidade: Euro)

Código das contas	Custos e perdas	Exercício		Código das contas	Proveitos e Ganhos	Exercício	
		2017	2016			2017	2016
691	Transferências de capital concedidas	984 741,53	555 309,59	791	Restituições de impostos		
692	Dívidas incobráveis			792	Recuperação de dívidas		
693	Perdas em existências	1 731,20	194,46	793	Ganhos em Existências	541,22	14,83
694	Perdas em imobilizações			794	Ganhos em imobilizações		
695	Multas e Penalidades		240,00	795	Benefícios de penalidades contratuais	6 774,73	7 647,08
696	Aumento de amortizações e de provisões			796	Redução de amortizações e de provisões	791,17	
697	Correcções relativas a exercícios anteriores	15 106,15	32 413,55	797	Correcções relativas a exercícios anteriores	2 630,34	33 309,46
698	Outros custos e perdas extraordinárias	123,12	87,23	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	466 660,99	439 777,83
	Resultados Extraordinários	- 524 303,55	- 107 495,63				
		477 398,45	480 749,20			477 398,45	480 749,20

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2017

88



8.2.33 – Outras informações relevantes

O Município de Vinhais prestou no ano de 2008, uma garantia bancária, junto da instituição bancária Caixa Geral de Depósitos, a favor do Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu no valor de € 65 440,10, para garantir o pagamento solicitado pelo IGFSE, referente a um pedido de financiamento inserido no programa poefds 05/03. Aguardando-se decisão do processo por parte do Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela.

O referido pagamento, tem plano aprovado, o qual está a ser cumprido, trimestralmente. Para além da garantia acima mencionada, foram prestadas junto da instituição bancária Caixa Geral de Depósitos, as seguintes garantias:

Produto	Dívida Total	N.º Garantia	Tipo garantia	Garantia
MLP Bonif. Sect Publ.	107.489,50 €	PT0035901500504659080002	Cons Rec - Mun	495.066,77 €
MLP Bonif. Sect Publ.	25.147,79 €	PT0035901500504659080002	Cons Rec - Mun	99.759,58 €